ACTA Nº. 2

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 29 DE DEZEMBRO DE 2005: Aos vinte e nove dias do mês Dezembro do ano dois mil e cinco, reuniu pelas vinte e uma horas e trinta minutos, em sessão ordinária, nos Paços do Município, na Mealhada, a Assembleia Municipal, cuja Mesa foi constituída pelo Presidente da Mesa Senhor Dr. Rui Manuel Leal Marqueiro, pelo 1º. Secretário, Senhor José Alves Rosa, e pelo 2º Secretário Senhor Manuel Paredes Ferreira, com a seguinte Ordem de Trabalhos: ----------

1) Votação da acta da sessão ordinária realizada em 21 de Outubro de 2005; --

2) Informação do Presidente da Câmara, nos termos da alínea e) do nº. 1 do artº. 53º. da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro; ----------

3) Votação do Regimento da Assembleia Municipal de Mealhada; ----------

4) Composição da Assembleia Distrital de Aveiro – Designação dos representantes da Assembleia Municipal; ----------

5) Estatutos do Investigação e Desenvolvimento Tecnológico em Ciências da Construção – IteCons – Proposta de Adesão; ----------

6) OPTIMUS TELECOMUNICAÇÕES, S.A. – Rectificação da Declaração de Interesse de Utilidade Pública Municipal; ----------

7) VODAFONE – Declaração de Interesse de Utilidade Pública Municipal; ------

8) 1.ª Revisão ao Orçamento de 2005; ----------

9) Orçamento e Opções do Plano para 2006; ----------

O Senhor Presidente da Mesa solicitou ao senhor José Alves Rosa, 1º. Secretário, que procedesse à chamada dos membros da Assembleia Municipal, verificando-se estavam presentes todos os membros da Assembleia Municipal.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA.

O senhor Presidente da Mesa deu por iniciada a sessão, tendo perguntado se alguém queria usar da palavra neste período, antes da Ordem de Trabalhos. --- Solicitou o uso da palavra o Senhor Dr. António Miguel de Miranda Ferreira, para proceder à leitura do requerimento que a seguir se transcreve: ----------

EXM.º SENHOR

PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MEALHADA

Os Deputados da Assembleia Municipal da Mealhada eleitos pelo Partido Social Democrata,

Vêm, nos termos do disposto no n.º 1, do art. 49º da Lei nº 5-A/2002, de 11/01, e do art. 21º do Regimento desta Assembleia Municipal, expor e requerer o seguinte:

1º

Decorre das disposições acima invocadas que as sessões ordinárias da Assembleia Municipal devem ser convocadas com, pelo menos, 8 dias de antecedência sobre a data da sua realização, devendo ser enviada a todos os elementos da Assembleia, cópia dos assuntos a discutir.

2º

Verificou-se, no entanto, que pela primeira vez não foram distribuídos a todos os elementos da bancada do PSD os documentos referentes ao Orçamento e Opções do Plano para 2006.

3º

Tendo a Mesa da Assembleia, de forma discricionária e sem sustentação legal para o efeito, enviado aqueles documentos a apenas um deputado da Assembleia Municipal.

4º

Agravado pelo facto de não terem sido enviados para o seu domicilio, mas para o de um outro deputado.

5º

Atendendo à importância da matéria, julga-se de primordial relevância que tais documentos devam ser facultados com a antecedência devida a todos os elementos que compõem a bancada parlamentar, a fim dos mesmos serem atempadamente analisados individualmente.

6º

Ao negar esta possibilidade, em contrária violação das disposições legais e regimentais, permite aos Requerentes concluírem existir uma evidente má fé de propósitos, com intuito de ocultar por motivos desconhecidos, as opções do Órgão Executivo Câmara Municipal para o exercício que se avizinha.

7º

Perante os factos expostos solicita-se o adiamento da discussão e votação do Orçamento e Opções do Plano para 2006, para sessão posterior a designar, devendo previamente serem entregues exemplares destes documentos a todos os deputados.

8º

Julgando-se, igualmente, por força do que dispões o art. 88º, n.º 1, da Lei n.º 5-A/2002, de 11/01, que este adiamento não colidirá com a necessidade de aprovação de tal instrumento, atendendo a que a provação das opções do plano e orçamento para o ano imediato ao da realização de eleições gerais pode ter lugar em sessão ordinária ou extraordinária até ao final do mês de Abril do referido ano.

Mealhada, 29 de Dezembro de 2005.

Pedem Deferimento.

(assinaturas) ----------

O Senhor Presidente da Mesa referiu que, pelo teor do requerimento apresentado pela bancada do P.S.D., do documento Plano de Actividades e Orçamento só foi recebido um exemplar. Aquando da organização da Ordem de Trabalhos, solicitou aos respectivos serviços da Câmara Municipal que enviassem um exemplar a cada grupo parlamentar e não um exemplar a cada membro da Assembleia Municipal pela dificuldade material que havia em fotocopiar todos os documentos. Recordou que, a exemplo da anterior Assembleia Municipal, optou-se por usar um critério de razoabilidade, apesar de ser um pouco lato, mas o certo é que é impossível, materialmente, de enviar todos os documentos. Futuramente poderão surgir situações em que, na Assembleia Municipal, serão analisados documentos que dificilmente serão fotocopiados, como por exemplo o Plano Director Municipal. É no sentido de serem preparados os assuntos que irão ser analisados pela Assembleia Municipal, que existem as reuniões partidárias. ----------

O Senhor Dr. António Miguel Ferreira referiu que o Senhor Presidente da Mesa não terá culpa dos atrasos ou lapsos da Ordem do Dia, por parte dos serviços camarários, no entanto nem sequer o documento que lhe foi dirigido foi entregue em casa, mas sim a uma terceira pessoa, pelo que não foi cumprido o prazo de oito dias de antecedência. Acrescentou, não se estar perante um documento qualquer, pois é o documento mais importante que será discutido pela Assembleia Municipal, mas para isso é lógico que haja possibilidade de discussão. Porque não tendo sido feito dessa forma, obviamente que se poderá pensar de outra forma, como por exemplo, na última sessão houve uma matéria que não foi fornecida – eleição do Presidente da Junta de Freguesia para participação no Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, e que foi votada. Referiu ainda, que os elementos da bancada do P.S.D. não foram informados e a verdade é que houve uma votação, tendo a bancada do Partido Socialista apresentado uma proposta feita em computador

e que portanto teria conhecimento desse assunto. Entende-se que deve haver um princípio de igualdade que tem que ser respeitado e dão que já houve uma situação anterior, os membros do P.S.D. na Assembleia Municipal entendem que esse principio não foi respeitado. Assim, sendo um documento fundamental, que têm que ter tempo para analisar, conhecer as opções do plano, conhecer quais os projectos da Câmara Municipal e ainda que, de acordo com o regimento aprovado pela Assembleia Municipal, todos os documentos serão enviados a todos os membros da Assembleia Municipal, e a verificar-se uma decisão contrária, os membros dos P.S.D. entendem estarem perante uma violação ao regimento da Assembleia Municipal. ----------

O Senhor Presidente da Mesa referiu que realmente o regimento estabelece o envio dos documentos a todos os membros da Assembleia, no entanto apelou para a ponderação de todos, uma vez que será impossível de cumprir nalguns momentos, o que não terá sido o caso presente. ----------

O Senhor Dr. Miguel Felgueiras pediu a palavra, referindo o seguinte: *não querendo negar o direito da oposição que assiste a todos os deputados municipais presentes na sessão, gostaria de ler uma circular da Direcção Geral das Autarquias Locais - "enquanto não forem aprovados os documentos provisionais para 2006, a Autarquia deve executar o orçamento e o plano plurianual de investimentos em vigor no final de 2005, com as respectivas modificações e adaptações decorrentes da execução até 31 de Dezembro. Na medida em que a data da instalação dos órgãos possibilite a elaboração e aprovação dos documentos até 31 de Dezembro de 2005, considera-se conveniente para a autarquia que os documentos sejam aprovados até 31 de Dezembro de 2005, o que lhe permitirá, iniciar o próximo exercício com orçamento próprio, aprovado pelos novos órgãos". Acrescentou que quem conhece a realidade das autarquias nomeadamente a importância do orçamento para uma autarquia sabe as implicações que trará o adiamento da votação deste orçamento. Assim basicamente o que irá acontecer é que se o orçamento não for votado e aprovado hoje, imaginando que será votado e aprovado em Janeiro, o que irá acontecer é que o executivo municipal terá que continuar com o orçamento antigo que estava em vigor. Do ponto de vista é perfeitamente correcto, do ponto de vista operacional e da eficiência dos serviços não é o mais correcto, tanto mais que a Direcção Geral das Autarquias Locais aconselha que o orçamento seja aprovado este ano. Achando que ninguém estava a contar com o requerimento apresentado, solicita uma pausa de 5 minutos nos trabalhos, para a bancada do Partido Socialista poder discutir em conjunto o assunto.* ----------

O Senhor Presidente da Mesa colocou a proposta do Senhor Dr. Miguel Felgueiras à votação, tendo a mesma siso aprovada por unanimidade, em minuta para produção de efeitos imediatos. ----------

O Senhor Dr. António Miguel Ferreira interveio para referir que a bancada do P.S.D. partilha das mesmas preocupações do colega do Partido Socialista relativamente ao possível atraso na votação do orçamento, no entanto a Mesa não pode esquecer que se por ventura estiverem perante uma convocatória ilegal, a mesma saberá que essas decisões, e se por ventura houver votação, poderão ser impugnadas, com as consequências que daí poderão advir. --------

O Senhor Presidente da Mesa referiu que não concorda que a convocatória tenha sido ilegal, uma vez que a mesma foi efectuada no prazo legal, ele próprio esteva na Câmara no dia 16 para assinar a respectiva convocatória, se

os documentos chegaram atrasados, não foi da sua responsabilidade. Ao assinar a convocatória não pode garantir que os documentos sejam fotocopiados ou não. ----------
O Senhor Dr. António Miguel Ferreira voltou a intervir, para referir que se coloca a questão de interpretação, se da convocatória devem fazer parte ou não todos os elementos referentes aos assuntos, que serão discutidos pela Assembleia Municipal. O que foi enviado foi uma única cópia do orçamento, para além de se verificarem situações no mínimo caricatas, como por exemplo: - a cópia do orçamento foi entregue em casa de outro deputado da Assembleia Municipal, quando lhe deveria ter sido entregue; não recebeu a informação do Senhor Presidente da Câmara mas teve conhecimento de colegas que a receberam. Como se pode verificar existem falhas que têm que ser corrigidas, e a bancada do P.S.D. não tem culpa disso e não lhe podem ser atribuídas culpas se porventura houver um pequeno atraso na votação do orçamento. -----
O Senhor Dr. Miguel Felgueiras referiu que, atendendo à importância que tem a aprovação do orçamento ainda durante este ano, atendendo também que o agendamento de uma nova Assembleia Municipal, traria custos para a Câmara Municipal, atendendo ainda não interferem nas questões internas dos outros partidos, o Partido Socialista recebeu o orçamento dentro dos prazos, fez distribuir pelos restantes membros do grupo municipal, puderam ler o orçamento ou o resumo num jornal local, atendendo a tudo o que anteriormente dito, a bancada do Partido Socialista vai votar contra o requerimento apresentado pelo P.S.D. ----------
O Senhor Dr. António Miguel Ferreira referiu que se estão em causa os custos para a Câmara Municipal, e não querendo ser responsabilizada por isso, a bancada do P.S.D. prescindirá das senhas de presença, se por ventura tiver que se realizar uma sessão extraordinária para a discussão do orçamento. -----
O Senhor Presidente informou que, independentemente da votação do requerimento, irá ser mais exigente nas questões burocráticas e eventualmente sugerir outra formulação para que se possa garantir que os documentos sejam entregues aos membros da Assembleia Municipal, talvez por protocolo. ---------
O Senhor Presidente da Câmara Municipal interveio referir que obviamente será o responsável por aquilo que os funcionários fazem menos correcto. Assim, sugeriu, embora seja um encargo extraordinário para a Câmara Municipal, que o envio dos documentos fosse feito por correio azul porque através de protocolo será extremamente difícil, porque até a nível da Câmara Municipal têm surgido problemas na entrega da documentação, pois quando os motoristas fazem essa entrega muitas vezes não encontram ninguém em casa, pelo que o protocolo na prática não será funcional. ----------
O Senhor Presidente da Mesa solicitou que, se algum membro tiver conhecimento da realização da Assembleia Municipal e não tenha recebido a convocatória e os respectivos documentos, o contacte ou a funcionária da Câmara que presta apoio administrativo à Assembleia Municipal. ----------
Interveio o Senhor Dr. António Mano Soares para referir o seguinte: " *sendo a primeira vez que está na Assembleia Municipal aproveito esta oportunidade para cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, os Senhores vereadores, os Senhores Deputados, todos os ilustres presentes. Sobre a intervenção do ilustre deputado representante do Partido Socialista que usou da palavra, terá sugerido que haveria problemas na bancada do P.S.D., se com isso queria dizer que houve algum*

desentendimento na bancada do P.S.D. é falso, por outro lado também sugeriu que provavelmente os documentos terão sido entregues mas negados pelos deputados do P.S.D., não admite que duvidem da sua palavra ou da palavra dos deputados do P.S.D., não admite que duvidem da sua palavra ou da palavra dos deputados do P.S.D.. Os documentos não foram entregues, evidentemente concede que não tenha havido uma intenção deliberada de sonegar qualquer tipo de informação. Conhece pessoalmente o Senhor Presidente da Câmara Municipal e sabe que é um homem honesto, integro, e não lhe passa pela cabeça que ele ou por conhecimento dele se verifique uma situação deste género. Mas também não admite que duvidem da posição ou da palavra dos deputados do P.S.D.." ----------

O Senhor Presidente da Mesa referiu que compreende a tomada de posição do Senhor Dr. Mano Soares, no entanto solicitou que se terminasse a discussão do assunto, uma vez que ainda estava por analisar muitos assuntos da Ordem de Trabalhos. ----------

O Senhor Júlio Penetra interveio para dizer o seguinte: " *não é justo para aquilo que o Dr. Miguel Felgueiras proferiu, dizer que interferiu ou que fez juízo sobre a organização ou forma como o P.S.D. tratou o assunto. O que ele quis dizer foi que claramente os dois partidos foram tratados de igual forma e que o P.S. conseguiu, teve forma de ter condições para discutir o orçamento. Falou de nas mesmas circunstâncias ter capacidade de analisar o orçamento, de discutir e de aprovar* ". ----------

O Senhor Dr. António Miguel Ferreira referiu o seguinte: " *não obstante toda a bancada do P.S.D. não ter recebido o orçamento, obviamente eu recebi, não atempadamente, mas tive o cuidado de analisar o orçamento, pelo que irei pronunciar-me sobre o mesmo da melhor forma que puder, e portanto não existe qualquer tipo de desorganização, há apenas falhas de comunicação que poderão ser ou não imputadas aos serviços* ". ----------

Interveio o Senhor José Cadete Joaquim para, proceder à leitura da Moção, que a seguir se transcreve: ----------

MOÇÃO

SOBRE A PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2006

Considerando que:

- A proposta de Orçamento de Estado para 2006 aprofunda gravemente a politica de estrangulamento financeiro do Poder Local a pretexto do Pacto de Estabilidade e constitui um atentado ao Poder Local Democrático.
- O Governo não cumpre a lei das Finanças Locais, mantendo os fundos Municipais ao nível de 2005 e prevendo um saco azul de 200 000 000 € para distribuir como entender.
- O Governo introduz na proposta de O.E. normas de tutela sobre as Autarquias Locais que são um atentado à autonomia do Poder Local e à Constituição da República Portuguesa.
- Permanecem as restrições ao crédito para investimento apesar de, segundo os dados do banco de Portugal, as autarquias em 2003 ficarem abaixo dos limites de endividamento e em 2004 e 2005, contribuíram para a diminuição do défice público, continuando o Estado a aumentar a divida Pública.
- O Governo tenta transformar as Autarquias em serviços autónomos sob a sua direcção.
- Esta tendência revela-se pelo pedido de autorização legislativa, para criar um Regime Geral das taxas municipais e das freguesias visando alargar a sustentabilidade financeira das Autarquias Locais.

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MEALHADA REUNIDA EM 29-12-2005 DELIBERA

1.º - Exigir o integral cumprimento da lei das finanças locais.

2.º - Proclamar o seu firme propósito de defender a autonomia do Poder Local consagrada na Constituição da República.
3.º - Reclamar a retoma do investimento público, em especial na saúde, acção social e divulga-la junto da população.
Os eleitos da C.D.U. à Assembleia Municipal de Mealhada
29-12-2005
(assinaturas) ----------
O Senhor José Cadete Joaquim voltou a intervir, para colocar as seguintes questões: ----------
- na convocatória da Assembleia Municipal, deveria constar na Ordem de Trabalhos, o ponto referente à participação do público; ----------
- sendo o Senhor Presidente da Câmara Municipal o responsável máximo da Protecção Civil no Concelho, gostaria de ser informado se teve conhecimento da falta de água nas bocas de incêndio, concretamente na Pampilhosa Alta, uma vez que houve um incêndio na madrugada de 25 para 26 de Dezembro; ---
- se existe algum diferendo, segundo contacto feito por algumas pessoas que perguntaram, entre a Câmara Municipal de Mealhada e a Câmara Municipal de Coimbra, em relação ao saneamento que está a ser efectuado na Freguesia de Barcouço, ou seja se só as ruas principais terão saneamento; ----------
- também foram abordados por algumas pessoas sobre a segurança na população na cidade da Mealhada, e o que pensa o executivo camarário sobre as queixas que os munícipes da cidade apresentam sobre essa segurança a nível de assaltos. ----------
O Senhor Dr. António Miguel Ferreira interveio, para ler um voto de repúdio, que a seguir se transcreve: ----------
EXMO.º SENHOR
PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DA MEALHADA
Os Deputados da Assembleia Municipal da Mealhada eleitos pelo Partido Social Democrata,
Vêm apresentar o seguinte

VOTO DE PROTESTO E REPÚDIO

Pelo teor do artigo publicado pelo jornalista JORGE FIEL no seminário EXPRESSO, porquanto:
Na edição do semanário EXPRESSO de 10 de Dezembro de 2005, no Caderno de Economia e Internacional, surge um artigo assinado por JORGE FIEL, intitulado "Leitão da Bairrada", onde se faz a apologia de um restaurante em Águeda e se deprecia a restauração da Mealhada e o leitão aqui assado.
JORGE FIEL, editor de economia e não especialista em gastronomia, não revelou seriedade nem profissionalismo ao escrever sobre um tema que desconhece.
Nas suas conclusões verificamos que o único, e lamentável, trabalho de investigação por si realizado foi " junto de amigos e conhecidos".Investigação que lhe permitiu tirar "conclusões" que não correspondem minimamente à verdade e colocam em causa o bom-nome duma cidade e do seu património gastronómico.
Àquele jornalista é permitida fazer a promoção dos empresários de restauração que bem entender. Não pode é "a talhe de foice" denegrir artes que desconhece e sobre as quais se devia abster de escrever.
Todos nós mealhadenses, por experiência própria e por conhecimento directo, sabemos quer o jornalista usa falsos argumentos para fundamentar a apreciação que faz do restaurante que frequenta.

Na Mealhada, ao contrário de outros locais, a assadura do leitão é feita da mesma forma há dezenas de anos, seguindo métodos tradicionais e os seus restaurantes procuram a excelência no trabalho assente em métodos artesanais

O mundialmente famoso leitão da Mealhada não surge por acaso nem é produto recente. A comercialização do Leitão da Mealhada tem dezenas de anos e deve o seu reconhecimento a Carlos Mega e, mais tarde, a Álvaro Pedro, que o divulgam. Sendo que à registos escritos do Séc.XVII onde se faz a referência a uma receita de leitão assado que em quase nada difere da actual e era servida aos viajantes que passavam pela Mealhada.

A excelência de economia, mas pelos milhares de pessoas que semanalmente rumam aos nossos restaurantes.

E porque a imagem da restauração da Mealhada, indissociavelmente ligada ao leitão assado, foi vilipendiada, não podemos deixar de manifestar o nosso repúdio pelo artigo de opinião publicado e solicitamos que este voto de protesto seja aprovado, publicado nos órgãos de comunicação escrita do concelho e enviada à redacção do semanário EXPRESSO. António Miguel Miranda Ferreira " . ----------

O Senhor Júlio Penetra apresentou a seguinte intervenção: ----------

ASSEMBLEIA MUNICIPAL. DE 29.12.05 – Período Antes da Ordem do Dia

1. Pedimos a palavra para manifestar ao executivo, o nosso apreço, por, finalmente estar a avançar com a substituição dos actuais quiosques da Av. Navarro, dando com esta decisão, um primeiro passo para a desejada e projectada requalificação da zona central do Luso; Tratando-se embora de uma situação não definitiva, melhora no imediato, muito significativamente a imagem turística do Luso, as condições de trabalho e a segurança das pessoas que há anos ali têm o seu modo de vida, sabendo habilmente tirar partido das condições naturais que a sua terra lhes oferece;

Esperamos que a oportunidade seja aproveitada para induzir alguma disciplina na forma de exploração e equidade nas condições de cedência, tendo sempre presente a natureza turística deste tipo de negócios, os direitos e as expectativas das pessoas que ali construíram o seu modo de vida ao longo de anos, e naturalmente os interesses do município que deve ser justamente ressarcido dos investimentos feitos;

A requalificação da zona central do Luso, já em fase de projecto, é de capital importância para o seu reposicionamento na oferta turística de qualidade do pais e por isso deixamos aqui a esperança de que este investimento, que sabemos será sempre um grande esforço para a Câmara, seja feito num prazo

Relativamente curto, para que do mesmo modo, o reflexo que terá na economia do concelho, seja igualmente rápido.

2.Uma segunda nota sobre uma notícia que dava conta de uma interpelação do Sr. Presidente da Câmara ao Inatel a propósito do estado de degradação do edificio que foi anteriormente o Hotel Serra.

Comungo da indignação do Sr. Presidente relativamente a este caso em concreto, mas não posso deixar de lembrar a dramática realidade do Luso no que respeita a edificios devolutos em degradação. O Hotel Serra é apenas a árvore de uma imensa floresta...A lista é desgraçadamente bem mais longa e assustadora, tendo este problema sido inscrito nas preocupações do PS nas eleições para a assembleia de Freguesia.

Património que foi instrumento de prosperidade e riqueza económica e estética no passado, está agora transformado em agente de empobrecimento da imagem do Luso: lembro os edificios ex-pensão Lusa, ali tão perto, o Chalet Troncho de Melo, conhecido por Casa Miralinda onde funcionou a Casa do Povo e a

Extensão de Saúde, as instalações da antiga E:T.M., o edificio do ex-Cine-Teatro, o edificio dos escritórios da Sal, o edificio que albergou as instalações do BPSM e anteriormente os armazéns Triunfo, as ruínas da FBB, junto ao Lago, o edificio da ex-estação do CF, o ex-Hotel Miradouro

nas Almas, etc, etc. Qualquer das pessoas do Luso aqui presentes seria, sem esforço, capaz de acrescentar ao rol, mais alguns casos, para não falar dos diversos Chalets de outras tantas quintas, que se encontram devolutos há bastante tempo não tardando a entrar também eles em degradação, e ainda das Casas de Guardas Florestais e outros edificios do Buçaco.
Isto para reforçar que o problema do Luso neste particular, transcende largamente o Hotel Serra. Apreciei que tivesse levantado a ponta do iceberg, mas toda esta realidade reclama uma intervenção mais profunda, que estanque esta tendência empobrecedora e reverta o papel de descrédito em que este outrora valioso património se transformou e o recoloque ao serviço do desenvolvimento e da criação de riqueza do Concelho.
Perdoem-nos os colegas de Assembleia, por mais esta exaltação das grandezas e misérias do Luso. Este comentário motivado pelo pequeno grito de alerta do Sr. Presidente, deixa-me a esperança que uma nova consciência e sensibilidade para a dimensão do património devoluto e em degradação existente no Luso, desperte entre os autarcas do meu Concelho, e faço-o aqui porque sei que todos vós percebem a natureza especifica dos problemas do Luso e do Buçaco, locais que também sentem e amam como seus.
Júlio Penetra. ----------
O Senhor Dr. António Miguel Ferreira interveio para referir: " *a exemplo do que já habitualmente falou em várias Assembleia Municipais e atendendo à polémica que o assunto já gerou, aquando do governo liderado pelos Sociais Democratas, coloca a questão ao Senhor Presidente da Câmara que se reporta ao Centro de Estágios do Luso, e mais uma vez pergunta quais as diligências feitas junto da Secretaria de Estado do Desporto e onde param os tais seis milhões de euros que no anterior governo estariam destinados a financiamento de obras deste género e que foi aqui afiançado que se encontraria disponível para tal. Outra questão refere-se aos viveiros florestais e como é que se encontram as negociações de transferência para a Câmara Municipal daquele espaço* ". ----------
Interveio o Senhor José Felgueiras, Presidente da Junta de Freguesia da Mealhada, referindo o seguinte: " *agradeço ao Senhor Vereador Calhoa em ter mostrado preocupação com a iluminação da Rua Dr. José Cerveira Lebre. Foi autarca e Presidente da Junta de Freguesia de Barcouço, pelo que gostaria de que indicasse como é possível com mil e quinhentos euros, fazer uma remodelação, por muito pequena que fosse, num candeeiro na Rua Dr. José Cerveira Lebre. No entanto quando propôs na Assembleia Municipal que fossem isentos de licenças os reclamos luminosos, que trariam mais luz à cidade, o Partido Socialista votou contra. Para terminar, gostaria de agradecer as atitudes dos colegas das outras Juntas de Freguesias, uma vez que tem chegado ao seu conhecimento que em todas as Assembleias de Freguesia que se realizam "embirram" coma Junta de Freguesia da Mealhada, que não faz nada, tem mais dinheiro que as outras, que quem faz tudo é a Câmara Municipal, pelo que propõe, que fosse dito ao Senhor Engenheiro Sócrates que acabasse com a Junta de Freguesia da Mealhada, dado que não tem feito nada. No entanto uma coisa garante, não tem um tostão da Junta de Freguesia e amanhã, no dia 31 de Dezembro a Junta de Freguesia da Mealhada, não deve um tostão* ". ----------
Dado que não foram apresentadas mais intervenções, o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para responder às questões colocadas pelos Senhor Deputados da Assembleia Municipal. ----------

O Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra para referir: - "*O Senhor representante da C.D.U., José Cadete, ao referir que o Presidente da Câmara Municipal é o responsável máximo da Protecção Civil, é verdade, a lei refere isso. Não sabia que tinha faltado água numa boca de incêndio na noite de 25 para 26 de Dezembro, pela simples razão de que não é bombeiro. Os bombeiros têm um comandante e o comandante nada disse ao responsável máximo da Protecção Civil, portanto não teve conhecimento dessa situação; Quanto à questão sobre a construção da rede de esgotos na Freguesia de Barcouço, nomeadamente nas povoações de Santa-Luzia, Sargento-Mor, Quinta Branca e Adões, é um empreendimento intermunicipal, portanto com a Coimbra e abrange também a povoação de Santa Cristina e parte da Póvoa do Loureiro que pertence à Freguesia de Pampilhosa. Não há litigio nenhum com a Câmara Municipal de Coimbra, tanto mais que são as Águas de Coimbra que estão a fazer a obra. Quanto à questão de o projecto só abranger as ruas principais, em relação ao Concelho da Mealhada, não é um projecto completo, sendo verdade que são as ruas principais que estão previstas no projecto. No entanto e obviamente que no lado da Mealhada as vias secundárias também serão abrangidas pelo saneamento porque a Câmara Municipal irá completar a obra;* ----------

Sobre a segurança das pessoas é conveniente que se participe ao Senhor Comandante da GNR da Mealhada que existem problemas de segurança na Mealhada, não compete ao Presidente da Câmara, compete apenas como cidadão, mas não responsabilidade directa nessa área;----------

Sobre a questão do Hotel Serra, referida na intervenção do camarada Júlio Penetra, efectivamente levantei o problema do Hotel Serra porque é de todos, pertence ao Inatel, mas é através dos impostos que se garante a manutenção das estruturas e património do Estado. O Hotel Serra é um caso típico de abandono deliberado, com portas arrombadas, janelas desventradas, com mei dúzia de telhas partidas no telhado. Como disse ao Senhor Presidente do Inatel, se calhar com um ou dois operários, num dia ou dois eram capazes de resolver a situação, pelo menos não deixar degradar mais o Hotel Serra. Compreende e está de acordo com o que disse o Senhor Júlio Penetra da degradação de muitas casas e edifícios no Luso, mas aí a intervenção da Câmara Municipal coloca-se a outro nível porque são propriedade privada;-----

Relativamente à questão do Centro de Estágios do Luso, a Câmara Municipal continuou junto da Secretaria de Estado da Juventude e Desportos a diligenciar no sentido de ser apoiada em relação ao Centro de Estágios, mas a saída que temos é rigorosamente a mesma que se teve com o anterior Secretário de Estado, que também nada satisfez. Colocou-se concretamente ao Senhor Secretário de Estado a questão dos seis milhões de euros, é verdade que existia a importância na CCRC, mas também é verdade que foram comprometidos numa última fase anterior à posse do actual governo;----------

Quanto aos Viveiros Florestais, a Câmara Municipal mantem as suas diligências, inclusivamente numa última reunião que se realizou com O Senhor Secretário de Estado dos Recursos Florestais e com a Direcção Geral do Património, conseguiu-se fazer a inscrição na Conservatória do Registo Predial da Mealhada, que nem sequer estavam registados a favor do Estado. Haverá hipótese de a Câmara Municipal fazer a aquisição dos viveiros, dadas as condições de pertença ilegalidade, que foi assim entendida por alguns juristas, relativamente à decisão de eventual transferência dos Viveiros Florestais para

a Câmara municipal, através do Direito de Superfície. Para evitar qualquer tipo de ilegalidade sugeriu ao Senhor Director Geral do Recursos Florestais e à Senhora Sub-Directora Geral do Património do Estado que os viveiros fossem vendidos à Câmara Municipal tendo em atenção o fim a que se destinam, que como sabem é a construção do parque urbano da Mealhada e foi nesse sentido feita a proposta que está em andamento e proximamente será feita a avaliação pelos serviços da Secretaria de Estado do Orçamento e Secretaria de Estado do Tesouro, enfim todas as entidades envolvidas no processo de avaliações, para a avaliação dos terrenos, tendo em vista a transferência para a Câmara Municipal através da aquisição". ----------

O Senhor Presidente interveio, para referir que iria pôr à votação da Moção sobre a proposta de Orçamento de Estado para 2006, apresentada pela C.D.U. Feita a votação, a Moção teve 2 votos a favor, 7 votos contra, 16 abstenções, tendo sido rejeitada por maioria. ----------

Seguidamente o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação o Voto de Repúdio sobre o artigo publicado no Expresso, apresentado pelo P.S.D., que foi aprovado por maioria, com 28 votos a favor e 1 abstenção. ----------

O Senhor Dr. Miguel Felgueiras apresentou uma declaração de voto, que a seguir se transcreve: ----------

EXMO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DECLARAÇÃO DE VOTO

Relativamente à moção apresentada pelo grupo municipal do PSD sobre o artigo publico no "EXPRESSO" sobre o leitão da Mealhada, declaro que justifico a minha abstenção pelo facto de pensar que qualquer moção sobre este assunto só vem dar publicidade ao artigo em causa.

Sou Mealhadense. Defenderei os interesses da nossa terra, das nossas gentes e dos nossos produtos sempre e até ao fim.

Mealhada, 29 Dezembro de 2006

José Miguel Rosa Felgueiras. ----------

Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Mesa deu por encerrado o período antes da Ordem do Dia e deu por iniciada a Ordem de Trabalhos desta sessão.----------

1 - ACTA DA SESSÃO ANTERIOR. ----------

Posta à votação, a Acta nº. 1 da Sessão Ordinária da Assembleia, realizada em 21 de Outubro de 2005, foi aprovada, por maioria, com vinte e seis votos a favor e três abstenções.----------

2 - INFORMAÇÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL.

"Conforme o previsto na alínea e) do nº. 1 do artº. 53º. da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, passo a informar a Assembleia Municipal, através do seu Exmo. Presidente, acerca da Actividade Municipal após a Sessão Ordinária de 24 de Junho de 2005: ----------

OBRAS EM FASE DE CONCURSO

- Envolvente aos Moinhos de Água do Lograssol; ----------

OBRAS EM FASE DE ADJUDICAÇÃO/CONSIGNAÇÃO

- Beneficiação da Estrada Travasso/Travasinho/Pampilhosa; ----------
- Beneficiação da Estrada Barcouço/Rio Covo/Mala; ----------
- Ampliação da Escola do 1.º CEB de Barcouço; ----------
- Abertura da Rua de Santarém (Barcouço). ----------

OBRAS EM CURSO

- Rua de Ligação da Rua do Lagar à Rua do Limarinho (Pampilhosa); ----------
- Beneficiação da Estrada Barro – E.N.234; ----------
- Jardim Público da Vacariça; ----------

- Beneficiação da Rua da Amoreira (Mealhada); ----------
- Infraestruturas da Zona Industrial da Pedrulha; ----------
- Jardim de Infância da Antes (Novo edificio); ----------
- Jardim Público de Barcouço; ----------
- Rede de Esgotos de Santa Cristina e Póvoa do Loureiro (Intermunicipal c/ Coimbra); ----------
- Rede de Esgotos de Santa Luzia, Quinta Branca, Sargento-Mor e Adões (Intermunicipal c/ Coimbra); ----------
- Arquivo Histórico Municipal (arranjos exteriores e Parque Infantil); ----------

Mealhada, 21 de Dezembro de 2005. ----------

O Presidente da Câmara Municipal (Carlos Alberto da Costa Cabral). ----------

Esta informação escrita do Exmo. Presidente da Câmara Municipal, foi acompanhada dos elementos relativos à situação financeira do Município ------

O Senhor Presidente da Mesa perguntou aos senhores membros da Assembleia Municipal, se queriam colocar alguma questão ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. ----------

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que a informação, segundo diz a lei, tem que ser entregue à mesa cinco dias antes da sessão da Assembleia Municipal e obviamente será posteriormente distribuída aos membros da Assembleia Municipal. Referiu ainda que se recorda, não há muitos anos atrás, a informação era entregue no momento em que as pessoas se reuniam na Assembleia Municipal. Quanto ao teor da informação nada tinha a acrescentar. ----------

O Senhor Dr. António Mano Soares fez a seguinte intervenção: " *só hoje recebi o documento e espero que não duvidem da minha palavra, assim como não duvido que os serviços terão enviado os documentos atempadamente, tendo cumprido todas as normas e todos os preceitos, e que não tenha havido má vontade ou qualquer segundas intenções em quem quer que seja. Espero que acreditem que só hoje recebi o documento. Estamos todos a defender o interesse público, não se está a disputar nenhum desafio de futebol, não vai ninguém sair a ganhar ou a perder, quem ganha e quem perde é o povo que está lá fora* ". ----------

Interveio o Senhor Dr. António Miguel Ferreira, tendo referido que apesar de não ter a informação, gostaria de perguntar ao Senhor Presidente da Câmara, qual a taxa de execução orçamental em Dezembro do Orçamento camarário. --

O Senhor Presidente da Câmara informou que nos documentos não consta a taxa, mas sim valores absolutos que são indicados na situação financeira no Anexo C da informação. ----------

3 – VOTAÇÃO DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MEALHADA. ----------

O Senhor Presidente da Mesa informou que o Regimento em análise, na sua maioria é idêntico ao anterior, no entanto houve algumas alterações propostas pelo grupo de trabalho, constituído pelo Presidente da Mesa da Assembleia, pelos representantes dos partidos, Senhor Júlio Penetra, Senhor José Cadete e Dr. António Miguel. ----------

Interveio o Senhor Pedro Paiva para perguntar se o artigo 21 do Regimento é diferente do anterior e que fosse dito quais os assuntos a discutir na Ordem de Trabalhos. O artigo refere-se aos assuntos que constam da Ordem do Dia e que serão para entregar aos deputados municipais ou não, porque assim sendo mantêm-se a questão anteriormente tratada no requerimento que foi

rejeitado, concretamente o orçamento em que se irá discutir algo do qual não estão preparados porque não receberam os documentos na altura devida. -----
O Senhor Presidente da Mesa referiu que não se devia voltar ao principio, uma vez que o assunto já foi resolvido, ou seja o plenário entendeu continuar com a reunião, independentemente das questões que foram apresentadas pelo grupo P.S.D. ----------
A Senhora Ana Filipa Varela fez a seguinte declaração de voto: " *não querendo voltar ao mesmo assunto, torna-se um pouco redondante estar a votar um regulamento que logo na primeira sessão não se irá cumprir, portanto desde já informou que irei abster-me da votação de um regulamento que a própria Assembleia Municipal que vai aprovar, não se preocupa em cumprir* ". ----------
O Senhor Pedro Paiva voltou a intervir referindo que a questão não é voltar ao principio, mas apenas um pedido de esclarecimento sobre um artigo que julga ser claro mas que suscita dúvidas, pelo que voltou a perguntar se todos os documentos serão entregues em qualquer circunstância, ou não, ou se o regulamento será alterado. ----------
O Senhor Presidente da Mesa disse que há assuntos que terão que ser discutidos na Assembleia Municipal, que pela sua complexidade tornar-se-á impossível, ceder em tempo útil, os documentos necessários para discussão. Já foi dado o exemplo do Plano Director Municipal, que pesará cerca de 100 quilos, que será impossível fotocopiar todos os elementos. Se houver suportes técnicos digitais na Câmara Municipal que permitam analisar os documentos, ainda poderá ser feito, mas em fotocópias será impossível. Acrescentou, que para além deste exemplo, a Assembleia Municipal brevemente irá analisar a Conta de Gerência, que é composta por um grande número de folhas de papel, e talvez aí se poderá, se houver possibilidades, que a mesma seja distribuída em "cd". ----------
O Senhor Pedro Paiva referiu que será uma grande oportunidade para contribuir para o choque tecnológico proposto pelo governo socialista. O que importa é fazer chegar a informação, e como se está numa nova era, e aproveitando a "deixa" que às reuniões da Assembleia Municipal se faça chegar atempadamente as informações aos deputados. ----------
O senhor Dr. António Miguel Ferreira referiu que apenas participou numa reunião de preparação do documento, por motivos profissionais, não pode estar presente na segunda reunião. Chamou atenção para o artigo 19, número 3 da proposta do regimento, podendo-se verificar que, por decisão unânime dos elementos que acompanharam a comissão de revisão do regimento, concordaram em alargar as intervenções dos Senhores Vereadores, não só, mas também para não colocar o Senhor Presidente da Câmara Municipal numa posição muitas vezes melindrosa de ter que autorizar os Senhores Vereadores de intervir no sentido permitir, desde que invocado o direito de resposta e aceite, quando obviamente tenham sido visados directamente. É uma medida óptima, extremamente democrática e que vem colmatar algumas falhas do anterior regimento. ----------
O Senhor Dr. António Mano Soares pediu a palavra, para referir que em relação aos documentos que o Senhor Presidente da Mesa referiu como exemplo., que pesariam muitos quilos, entende que deve existir o bom senso, agradecendo até que não lhe seja enviado o documento para casa, mas que o informassem que a partir duma data previamente definida o documento estará

em análise na Câmara Municipal, pelo que se deslocará com todo o gosto para analisar os referidos documentos. ----------
O Senhor Presidente da Mesa colocou à votação o Regimento, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com 27 votos a favor e 2 abstenções. Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produção de efeitos imediatos. -------
O Senhor Dr. António Mano Soares apresentou uma declaração de voto, que a seguir se transcreve: ----------
DECLARAÇÃO DE VOTO
Abstive-me na votação do ponto 3 da ordem do dia porque foi ignorada a minha sugestão de resolver as eventuais dificuldades na aplicação plena do artigo 21º.
A sugestão era a seguinte: tratando-se de documentos extensos/volumosos/ o bom senso preservaria que fosse então, nesses casos, anunciada possibilidade de consulta previa de tais documentos em datas e locais a anunciar.
António Mano Soares
29.12.2005. ----------

4 – COMPOSIÇÃO DA ASSEMBLEIA DISTRITAL DE AVEIRO – DESIGNAÇÃO DOS REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. ----------

O Senhor Presidente da Mesa explicou que a Assembleia Distrital reúne em Aveiro e é composta pelos representantes das Câmaras Municipais e Assembleia Municipais do Distrito. ----------
O representante do Partido Socialista apresentou uma proposta que a seguir se transcreve: ----------
PARTIDO SOCIALISTA
PROPOSTA
ASSEMBLEIA DISTRITAL
(Designação de representante da Assembleia Municipal)
Para satisfação do preceituado na alínea b) do Art.º 1º do D.L.5/91 de 8 de Janeiro, o Partido Socialista, toma a iniciativa de propor à aprovação desta Assembleia a candidatura do Sr. Victor Alves de Matos, para, na sua qualidade de Presidente da Junta de Freguesia da Pampilhosa, integrar a Assembleia Distrital, em representação desta mesma Assembleia.
Mealhada, 29 de Dezembro de 2005. ----------
A Senhora Ana Filipa Varela apresentou a seguinte declaração de voto: " *os deputados municipais eleitos pelo P.S.D. porque não apresentaram proposta para a eleição de um representante na Assembleia Distrital, vêm justificar tal facto com reincidente respeito pelas regras de proporcionalidade e participação politica cometido pelo Partido Socialista. Em inúmeras situações tem o P.S.D. apresentado propostas onde se destacam membros da Assembleia Municipal que pelas funções que desempenham ou desempenharam podiam constituir uma mais valia para o município e para sua representação em diversas entidades, no entanto a maioria socialista mostra-se cega pela partidarite, ignorando as capacidades profissionais e pessoais dos elementos propostos, jamais abriu excepções. Por este facto o P.S.D. abstém-se de apresentar candidato como forma de protesto das maiorias* ". ----------
O Senhor José Cadete apresentou a seguinte declaração de voto: " *os eleitos da C.D.U. também se irão abster nesta votação, mas abstêm-se porque parece que o defeito não é só do Partido Socialista como será também do P.S.D., portanto o mal está dos dois lados* ". ----------
O Senhor Dr. Miguel Felgueiras fez a seguinte intervenção: " da declaração que foi lida só há uma verdade o Partido Socialista usa o critério que sempre

defendeu, o da proporcionalidade. Só e usaremos esse critério até ao final do mandato ". ----------
O Senhor Presidente da Mesa colocou a proposta do Partido Socialista, à votação por escrutínio secreto, nos termos da lei. A proposta foi aprovada, por maioria, com 17 votos a favor, 1 voto contra, 3 abstenções e 8 votos em branco. Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produção de efeitos imediatos. ----------

5 – ESTATUTOS DO INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TECNOKÓGICO EM CIÊNCIAS DA CONSTRUÇÃO – ITECONS – PROPOSTA DE ADESÃO. -------

O Senhor Presidente referiu que, a Câmara Municipal foi convidada para participar na Associação, designada por Instituto de Desenvolvimento Tecnológico em Ciências de Construção. É uma iniciativa da Universidade de Coimbra em que participam diversas Câmaras Municipais e algumas entidades privadas. Dada a matéria e até nova legislação, entendeu-se ser útil a adesão da Câmara Municipal à Associação. Essa adesão não terá grandes encargos para a Câmara Municipal e se for necessário poder-se-á recorrer a uma entidade que é idónea, uma vez que se trata da Universidade de Coimbra. -----
Interveio o Senhor Pedro Paiva que referiu, entender que o associativismo é uma actividade digna, fundamental para o desenvolvimento das cidades, dos concelhos e das regiões, mas entende que deve haver no associativismo objectivos. Assim, perguntou ao Senhor Presidente da Câmara qual o objectivo, qual a utilidade da participação no instituto, denominado Itecons. Perguntou ainda, visto existirem vários tipos de associados, em que tipo de associado se insere a Câmara Municipal, uma vez que mediante os diferentes tipos, também haverá diferentes margens a nível pagamentos de serviços. Acrescentou, que no artigo quinto, no ponto seis, está previsto a possibilidade de protocolos de colaboração com o instituto, pelo que gostaria de saber se já existe algum protocolo, uma vez que já foi publicada muita legislação sobre as problemáticas de construção. ----------
O Senhor Presidente da Câmara informou que o tipo de associado é o tipo E. Relativamente a vantagens, já houve situações em que a Câmara Municipal teve que recorrer a uma entidade tecnicamente preparada, tal como esta vai ser concretizada, para a construção da Escola Profissional, em que foi necessário a elaboração por parte de uma equipa da Faculdade de Ciências, na área da engenharia, de alguns estudos preliminares à construção da referida escola. Esses trabalhos foram pagos com bastante dinheiro. Se nessa altura existisse uma instituição deste tipo, uma das vantagens que se teria, era a utilização da instituição de que a Câmara Municipal é sócia. Acrescentou, quanto à questão dos protocolos, não estão definidos nenhuns protocolos pela simples razão de que o instituto ainda não existe, só após a sua constituição se poderá falar sobre o assunto. ----------
O Senhor Presidente da Mesa, referiu e em complemento da intervenção do Senhor Presidente da Câmara, a Câmara Municipal pagou milhares de contos por pareceres, concretamente sobre as obras de construção do depósito na zona alta do Luso e do pontão na Mealhada, pelo que pessoalmente ficou satisfeito ao verificar o pedido de adesão ao ITeCons, por parte da Câmara Municipal. ----------
Não se verificando mais nenhuma intervenção sobre o assunto, o Senhor Presidente passou à votação, tendo sido deliberado por maioria, com 26 votos

a favor e 3 abstenções, aprovar a proposta de Acto de Constituição e Estatutos do Instituto de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico em Ciências da Construção – IteCons. Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produção de efeitos imediatos. ----------

6 – OPTIMUS TELECOMUNICAÇÕES, S.A. – RECTIFICAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE INTERESSE DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL. ----------

O Senhor Presidente da Câmara Municipal pediu a palavra para explicar que, anteriormente foi aprovada pela Assembleia Municipal a declaração de utilidade pública municipal, para a instalação de uma antena Optimus, localizada no Moinho de Sula. No entanto a designação no pedido subscrito pela empresa era denominado Cruz Alta, verificando-se que a designação estava errada. ----------

O Senhor Dr. António Mano Soares referiu que quando recebeu os documentos da Ordem de Trabalhos, ficou agradavelmente surpreendido, pela formalidade e pelo rigor dos termos da redacção dos documentos. No entanto verificou que o papel tenha terminado, no que se refere aos pontos 8 e 9 da Ordem de Trabalhos. Assim, verificou-se por um lado extremo no que se refere à antena da Optimus e por outro lado um certo "lascismo" em documentos importantes. Referiu ainda que, não querendo encontrar vítimas ou culpados, houve uma negligência que dever ser seriamente encarado, não no sentido de culpar ou responsabilizar alguém, mas verificou-se uma desproporção que não pôde deixar de notar. A sua intenção foi para chamar a tenção do que se passou, para que não se volte a assistir. ----------

Não havendo mais intervenções sobre o assunto, a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade rectificar a declaração de utilidade pública municipal, para a instalação de uma antena Optimus, localizada no Moinho de Sula. Esta deliberação foi aprovada, em minuta, para produção de efeitos imediatos. ----------

7 – VODAFONE, TELECEL – COMUNICAÇÕES PESSOAIS, S.A. – DECLARAÇÃO DE INTERESSE DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL. ----------

O Senhor Presidente informou que o pedido se refere à instalação de uma antena da em Monte Novo e que a Vodafone está a proceder à sua legalização, pelo que foi solicitado à Câmara Municipal a declaração de interesse público de utilidade municipal, tendo a Câmara Municipal apreciado e remetido à Assembleia Municipal para decisão. ----------

O Senhor Dr. Mano Soares perguntou se na zona não existem habitantes, uma vez que se fala tanto do efeito nocivo das ondas magnéticas. ----------

O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse não existirem habitações perto da antena, num raio de pelo menos quinhentos metros. ----------

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Mesa passou à votação do assunto, tendo sido aprovado, por maioria, com 27 votos a favor e 2 abstenções, a concessão da Declaração de Interesse e Utilidade Pública Municipal a instalação de um Estação de Radiocomunicações designada por MLD 00212 Vale Branco – Monte Novo, nos termos da proposta apresentada pela Câmara Municipal. Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produção de efeitos imediatos. ----------

8 – 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DE 2005. ----------

O Senhor Presidente da Câmara interveio, para referir que o assunto em análise é a primeira e a última revisão de 2005. A revisão orçamental é imposta por lei, para a integração do saldo de gerência de 2004 no orçamento de 2005, sendo o saldo de gerência de 493.745,00 euros e que consta no documento distribuído na Ordem de Trabalhos. ----------

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Mesa passou à votação do assunto, tendo sido deliberado, por maioria, com 23 votos a favor e 6 abstenções, aprovar a 1ª Revisão ao Orçamento de 2005. Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produção de efeitos imediatos. ----------

O Senhor Dr. António Mano Soares fez a seguinte declaração de voto: " *sobre o assunto em análise abstém-se, porque só hoje recebeu os documentos e não teve oportunidade de analisar, mas como confia nos serviços da Câmara Municipal com o aval do Senhor Presidente. Mas se não confiasse nas pessoas votaria contra por não ter recebido os documentos a tempo.* ----------

9 – ORÇAMENTO E OPÇÕES DO PLANO PARA 2006. --------

O Senhor Presidente da Mesa perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se queria usar da palavra tendo este referido que dava a palavra à Senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal, uma vez que é responsável pelo pelouro. -----

Interveio a Senhora Vice-Presidente referindo o seguinte: " *o Orçamento e as Opções do Plano para 2006 é um documento de rigor, um orçamento de contenção orçamental, essencialmente orientado para os eixos prioritários e estratégicos do Concelho. Estamos no último ano do quadro comunitário de apoio e por isso estamos na fase de conclusão de obras que estão em curso, não é um ano de lançamento de obras, é um ano em que o fluxo da receita proveniente quer do quadro comunitário de apoio, quer de programas que estão ligados directamente, estão praticamente esgotados. Por isso este orçamento visa essencialmente continuar a estratégia que temos defendido para o desenvolvimento do Concelho, e essencialmente lançar projectos. Estamos na fase final de um quadro comunitário de apoio, mas temos que estar preparados para o próximo quadro comunitário de apoio. É isso que se pretende, elaborar projectos, organizá-los, de modo a que estejamos, tal como se fez no último quadro comunitário de apoio, estarmos na vanguarda na apresentação de candidaturas. Foi isso que aconteceu, tivemos uma boa cota parte de investimentos neste quadro e vamos tentar seguir a mesma filosofia* ".

O Senhor Dr. Miguel Felgueiras leu uma intervenção escrita, que a seguir se transcreve: ----------

GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA 2006

Intervenção do Grupo Municipal do Partido Socialista na votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2006

Senhor Presidente, senhoras e senhores autarcas

O Orçamento que hoje nos é apresentado para discussão e aprovação, é particularmente relevante por duas razões principais:

1.É o primeiro Orçamento do novo executivo para os próximos quatro anos;

2.É um orçamento elaborado tendo em atenção as dificuldades económicas e as restrições orçamentais que o país atravessa.

Por ser o primeiro orçamento deste novo executivo, teve como linhas orientadoras o programa apresentado pelo Partido Socialista nas últimas eleições autárquicas, realizadas no passado mês de Outubro.

Nestas, eleições, o Partido Socialista viu o seu programa autárquico ser sufragado por uma clara e inequívoca maioria absoluta.
Concluídas que estão as principais infra-estruturas do Município, no que se refere aos equipamentos culturais, educativos e desportivos bem como da rede de saneamento básico, será agora a vez de reforçar o investimento na promoção do Desenvolvimento Económico, na Educação e Cultura, e na Requalificação Ambiental e criação de Espaços Verdes.
Na elaboração das Grandes Opções do Plano estão assim definidas as linhas de desenvolvimento estratégico da autarquia que se encontram devidamente explanadas no Plano Plurianual de Investimentos e nas Actividades Mais relevantes para a gestão da autarquia.
O Orçamento apresenta por isso a previsão anual das receitas bem como das despesas, de acordo com os princípios e regras orçamentais definidos na lei.
A base de credibilidade e avaliação realista em que assenta, vem ao encontro do princípio da responsabilidade pelo qual se têm regido todos os orçamentos apresentados pelos executivos socialistas no nosso concelho.
Deverá ser realçado por isso o empenho e determinação deste executivo em apresentar um Orçamento que apesar das restrições ao endividamento autárquico e à quebra nas receitas municipais, conseguirá certamente, de uma forma rigorosa e equilibrada, assegurar o desenvolvimento sustentado do concelho.
Senhor Presidente, senhoras e senhores autarcas
Estamos conscientes das dificuldades económicas e orçamentais que o país atravessa. Devemos então ser solidários no esforço desenvolvido pelo actual governo na consolidação das contas públicas.
Não alinharemos no discurso fatalista e pessimista daqueles que refugiando-se nas limitações orçamentais das autarquias aí encontram razões para limitar as legítimas expectativas e desejos das populações.
Acreditamos no progresso do nosso concelho de uma forma equilibrada e socialmente justa mas não pactuaremos com as posturas demagógicas de quem nos acusa de falta de ambição mas que defende uma redução da despesa. De quem nos diz poder fazer tudo, mas à custa do bolso dos nossos munícipes. Recusamo-nos por isso a hipotecar o futuro das gerações vindouras.
Aproxima-se o novo Quadro Comunitário de Apoio no qual o país deposita grandes esperanças. O executivo municipal deverá estar atento às possibilidades de financiamento que daí advirão e preparar desde já as candidaturas aos programas comunitários.
Não será de certeza a "última oportunidade" como alguns têm vindo a fazer crer. Mas será uma oportunidade única para realizar um conjunto de investimentos no nosso concelho nos próximos quatro anos.
Senhor Presidente, senhoras e senhores autarcas
O Grupo Municipal do Partido Socialista acredita neste Orçamento e neste executivo.
Estaremos atentos à execução do Orçamento e à realização das prioridades enunciadas pelo executivo municipal liderado pelo Presidente Carlos Cabral.
Esse é o nosso compromisso com o Município e com os nossos munícipes.
Pelo Grupo Municipal do Partido Socialista na Assembleia Municipal
O Deputado Municipal
José Miguel Felgueiras. ----------

O Senhor Dr. António Miguel Ferreira fez a seguinte intervenção: " *apesar de ter tido pouco tempo para analisar o orçamento, não pode deixar de se pronunciar sobre a lei do Orçamento de Estado para 2006 a qual e segundo um relatório da Associação Nacional de Municípios Portugueses, que todos tiveram acesso, revela-se extremamente gravoso para os municípios, constituindo-se numa análise que é feita, como o mais severo ataque à independência autárquica desde 1974. Julga que não se pode deixar passar a situação em*

claro, tem que haver uma critica ao Orçamento de Estado. O cálculo dos fundos municipais transferidos do Orçamento de Estado representam um corte a nível nacional na ordem dos cinquenta e cinco milhões e meio de euros, para os municípios, verificou-se também um crescimento zero dos fundos municipais e um crescimento dos encargos dos municípios nomeadamente através dos descontos obrigatórios dos municípios para a Caixa Geral de Aposentações, um aumento em três por cento, que se vai traduzir em menos de trinta milhões de euros para a utilização dos municípios. Também é sabido, e suportado pelos contribuintes que a subida do IVA de dezanove para vinte e um por cento, também vem acrescer a despesa em cerca de vinte e cinco milhões de euros para os municípios. Como se não bastasse também o governo socialista decidiu agravar ainda mais o problema do endividamento camarário, considerando como matéria de endividamento os contratos de locação financeira e as dividas a fornecedores, que não passam de aquisições. Ao mesmo tempo e ao contrário do que aconteceu no ano passado o governo socialista também criou mecanismos que impedem os municípios que estejam legalmente em condições de aceder ao crédito, de aproveitarem a parte do "rateio" que venha a ser utilizado por outras autarquias. O governo Socialista também decidiu premiar os municípios que contribuem positivamente para não aumentar o défice, isso é claro, todos sabem que os municípios gerem muito melhor os dinheiros que o próprio Governo. Portanto criou impedimentos mais gravosos no acesso ao crédito, permitindo-se assim o governo central no aumento da capacidade de endividamento ao contrário das restrições que foram feitas aos municípios. Isto subverte completamente as regras do bom senso e a experiência que, como já referi, os municípios gerem muito melhor os dinheiros públicos, e aquilo que se nota é que o governo socialista fez tábua rasa dessas regras e concede-se a si governo, maior contribuidor para o aumento do défice, no aumento para si da capacidade de endividamento. Ou seja, no global isto significa que o governo socialista furta de forma descarada aos municípios cento e dez milhões de euros e ao invés atribui-se a si mais duzentos milhões de euros para gastar à "tripa forra". Mas não ficamos por aqui, o Senhor Primeiro Ministro Sócrates também ao nível dos funcionários administrativos, procedeu a alterações de uma gravidade tal que irão afectar também a generalidade dos municípios, portanto não só não se contentou em criar novas medidas que impedem os destacamentos, requisições e transferência de funcionários como impediu também o aumento das despesas com o pessoal, e agora deparamo-nos com um caso concreto, que se poderá aplicar à Câmara Municipal da Mealhada. Imaginemos que a Câmara Municipal da Mealhada decide inaugurar o Arquivo Municipal e não pode contratar novo pessoal para esse arquivo. Poderíamos continuar a relatar a quantidade de verdadeiros atentados terroristas que este governo está a fazer aos municípios. Estes casos constituem o paradigma deste governo socialista e portanto, acha aqui uma situação extraordinária num governo socialista que é a própria lei do orçamento admitir situações em que os municípios actuam como agente executor de politicas nacionais, definidas pela Administração Central, parece que voltamos ao antigamente, em que o governo central de Salazar tinha domínio sobre as autarquias e voltámos nós a não poder exercer o principio de autonomia das autarquias. O governo socialista que tanto fala na Constituição, o Dr. Soares que anda a pregar a Constituição por tudo e por nada, e ao que parece o governo anda a regar esta Constituição com gasolina. Esta é

apreciação que tem do Orçamento de Estado para 2006. Relativamente ao Orçamento e Opções do Plano, obviamente, que não terá grandes criticas a fazer, pois com todas as limitações, acredito que seja difícil a esta Câmara Municipal fazer grandes obras porque está limitada pela sua capacidade de endividamento, como também com todas as restrições orçamentais. Mais uma vez critica, sendo uma questão de método, não obstante não termos recebido este documento, apesar de ter sido enviado a um dos elementos. Mais uma vez critica a falta de participação dos Presidentes das Juntas na elaboração do Orçamento. Aquilo que me parece também ter havido, relativamente a certas matérias, diminuição nas verbas atribuídas às Juntas de Freguesia. O Presidente da Câmara interrompeu a intervenção dizendo que o Senhor Dr. Miguel Ferreira viu mal. O Senhor Dr. António Miguel Ferreira, voltou a intervir dizendo: " *Quanto ao factor social, o Partido Social Democrata tem uma preocupação social e que não vê explanada neste Orçamento ou pelo menos vê somente como migalhas daquilo que podia acontecer. Lembra a Câmara que a própria Lei do Orçamento do Estado, criou uma excepção para efeitos de cálculo de endividamento liquido nos empréstimos para programas de habitação social, renovação de áreas urbanas degradadas e reabilitação de equipamentos destruídos e sinceramente não vê que nesta matéria a Câmara tenha tido particular sensibilidade, não só a nível de habitação social, mas também na recuperação de habitações degradadas. Em conclusão, à semelhança do que aconteceu anteriormente parece-lhe também que estamos perante um orçamento "empolado", e depois podemos correr o risco de se concretizar no último orçamento, ter taxas de execução orçamental muito baixas, e não nos podemos esquecer que em Setembro último, a taxa de execução orçamental era cerca de pouco mais que vinte por cento. Convenientemente para que esse assunto não viesse à "baila", tiveram a fineza de não me entregarem a documentação onde eu podia comprovar a taxa de execução orçamental que neste momento está vigente e para que eu pudesse, pelo segundo ano consecutivo demonstrar que esta Câmara tem taxas de execução orçamental demasiado baixas* ". ----------

O Senhor José Cadete referiu que: " *tenho que confessar que me sinto mesmo, perdoem-me a modéstia, "maçarico" no meio disto tudo. A C.D.U. apresentou uma Moção que teve 7 votos contra, 16 abstenções e 2 votos a favor, meu e do meu camarada de bancada. Agora vejo o P.S.D. fazer a apologia daquilo que eu apresentei e votou contra ou absteve-se. Depois ouviu o Senhor que falou anteriormente, em nome do Partido Socialista, parecia que estava na Assembleia da República, de retóricas estou farto, está no Concelho da Mealhada e devo dizer-lhe que do pouco que sabe de Contabilidade e de informática, eu fui um dos beneficiados, porque recebi os documentos com 12 dias de antecedência e analisei-a profundamente. Aquilo que o Senhor falou, francamente não encontra nos documentos enviados. Sobre aquilo que foi dito pela Senhora Vice-Presidente sobre eixos prioritários, lançar novos projectos, apresentação de candidaturas para se ter mais dinheiro, também não encontro muita coisa nos documentos. Não é tão relevante, porque os valores que estão no documento em análise, provavelmente se os tivesse somado para a educação, para a cultura, são capazes de ser inferiores ao valor de cento e cinquenta mil euros para material informático, material básico e administrativo. O senhor sabe quanto cento e cinquenta mil euros dos dezassete milhões que estão no orçamento, só por uma coisa tão pequena, parece que a Câmara não*

tem informática nenhuma, parece que a Câmara não tem secretárias. Os eleitos da C.D.U. analisaram o orçamento e devo dizer que vão votar favoravelmente o orçamento, mas isso não obsta que não se deixe de fazer alguma criticas, porque após cuidada análise às Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2006, concluíram que deveriam votar favoravelmente, por entenderem que as opções do plano contribuem para alguma melhoria no bem estar das populações do Concelho, embora reconheçamos que o mesmo as poderia melhorar substancialmente em detrimento de outras rubricas. A votação favorável não impede de fazer os seguintes reparos: - a Vila da Pampilhosa é contemplada com um arruamento no Alto de Santo António e a execução de uma nova rua Lagar / Limarinho. Não consideramos relevante, julgamos que o valor deveria ser aplicado no tapetamento asfáltico de algumas ruas e frisamos algumas não todas, porque estamos conscientes do grande número de ruas que necessitam deste beneficio, mas frisamos que são ruas bastante antigas. Friso ainda, que não quero menosprezar nenhuma outra povoação do nosso Concelho. Em relação ao equipamento básico, informático, administrativo, concluímos que o documento é pouco esclarecedor e que contem um valor um tanto exagerado, que ronda os cento e cinquenta mil euros, embora distribuídos por vários sectores, mesmo assim dá a ideia de que os serviços da Câmara não tem qualquer equipamento deste tipo, o que não é verdade. Não é tão fácil, tão linear como as pessoas fazem crer. Tem verificado que as pessoas se queixam de que não recebeu os documentos, eu recebi-os, mas também quer chamar a tenção de que não documento que se analise em 8 ou 10 dias, seria preciso provavelmente, e até ser discutido na Assembleia Municipal precisava de uma semana. Por isso e até pelo respeito que lhe merece quem fez o documento, quem tantas horas passou a elaborar o documento, por respeito a essas pessoas, embora discorde de algumas coisa, nós vamos votar favoravelmente, porque respeitamos o trabalho das pessoas. Estamos aqui, não para defender o Partido Comunista, nem a C.D.U., nem o P.S.D., nem o P.S., estamos aqui para defender o nosso Concelho que se chama Mealhada ". ----------

Interveio a Senhora Engenheira Arminda Martins para referir: " *a minha intervenção é na sequência da intervenção do colega da C.D.U., quando se referiu que alguém teria votado contra, ou alguém se teria abstido, eu votei contra. Votei contra por uma simples razão, porque a moção que apresentou focava essencialmente o Orçamento de Estado e o Governo e como eu apoiei e continuo a apoiar e espero daqui a 4 anos voltar a apoiar o actual governo, jamais me absteria ou votaria a favor a tal moção. Eu estou aqui para analisar o Orçamento da Câmara e não do Governo. Portanto a minha votação foi no sentido de que focava o Governo, que não nada a ver com o orçamento. Portanto quer deixar bem claro que votou contra pela simples razão que focava um Governo que eu apoio e que acho que está a trabalhar bem* ". ----------

O Senhor Dr. Miguel Felgueiras interveio, dirigindo-se ao Senhor José Cadete, para referir: " *em primeiro lugar não lhe admito, que o Senhor não goste mais da minha terra ou do meu Concelho do que eu, pode gostar tanto, mas não gosta mais. O Senhor referiu em defender a posição dos partidos, eu fui eleito na lista do Partido Socialista e não tenho vergonha, sou militante do Partido Socialista, mas o Senhor é que veio fazer uma moção que nada tem a ver com o nosso Concelho, uma moção contra o Governo, contra as medidas de restrição, mas eu votei contra. Para terminar, refiro que não estou habituado ao*

linguagem que ouviu na Assembleia Municipal. Fiz parte nos últimos quatro anos desta Assembleia Municipal, estão aqui presentes algumas que faziam parte, agora já não fazem, e nunca se assistiu ao que se passou. Ouvi falar em má fé, relativamente aos documentos, não estou habituado a ouvir este tipo de linguagem. Pelo contrário podemos discutir, mas o tipo de linguagem utilizada não posso de maneira nenhuma concordar. Não entro nesse jogo, discute-se sob o ponto de vista político, do ponto de vista técnico, pode-se discutir tudo, mas não no campo pessoal ". ----------

O Senhor Dr. Mano Soares interveio para referir: " *analisando o Jornal Mealhada Moderna, onde foram publicados as Grandes Opções do Plano para 2006, do qual não recebeu o documento. Antes de falar propriamente do assunto, gostaria de falar do Campo de Golfe, pelo que vai fazer uma declaração prévia – o Campo de Golfe é um assunto que particularmente lhe interessa, em que está envolvido, pertence a uma associação, chamada Associação dos Proprietários do Nordeste da Pampilhosa e tem escrito sobre o assunto, pelo que declara que o interesse não é um interesse económico, porque apesar de ser um proprietário de um terreno com 2000 metros, dos 125 hectares da área da zona de implantação do Campo de Golfe. Mas porque se interessa pelo assunto, reparou no que foi publicado no Jornal, que estão afectas para o Campo de Golfe as importâncias – plano de pormenor do Campo de Golfe – 94.000 euros, Campo de Golfe mais 1.000 euros, depois terrenos do Campo de Golfe – 10.000 euros. Assim, o que me preocupa, quanto às verbas, fazendo contas, 125 hectares são 1.250.000 metros quadrados, que dá 8 milésimas de euro, por metro quadrado. É uma preocupação porque de facto existem muitos pequenos proprietários que têm as suas explorações agrícolas, os seus quintais e se vão pagar os terrenos a 8 milésimas de euro por metro quadrado, de facto é preocupante, a menos que digam que esta importância é uma primeira tranche, depois virá outra, e outra. Gostaria de ser informado sobre o assunto* ". ----------

O Senhor Júlio Penetra fez a seguinte intervenção. " *gostaria de tirar uma conclusão muito pessoal sobre aquilo que ouviu da apreciação aos documentos e pensando que não me vou antecipar ou precipitar, felicita desde já a Câmara Municipal pelo excelente documento que apresentou, de tal forma que mereceu ou não mereceu grande contestação, nem grandes reticências, nem grande dúvidas de nenhuma das bancadas aqui presentes e quase que poderia antecipar, que vamos ter uma votação maciçamente favorável aos dois documentos e felicita a Câmara por isso. Quanto à intervenção do Dr. Miguel Ferreira, que com todo o respeito, porque falou com muita dignidade e dignificou a oposição, no entanto há uma parte no seu discurso, mas que lhe queria dizer que não se candidatou à Assembleia da República, candidatou-se à Assembleia Municipal, as senhas de presença são um pouco mais baixas e portanto não vai contrariar o que disse sobre a apreciação que fez em relação ao Orçamento do Estado, mas também reconhece e ressaltar, salientar que as posições dos governos, por razões que são sobejamente conhecidas, criou algumas dificuldades à gestão dos municípios, aos meios que os municípios e muitas outras instituições, vão ter para gerir as suas responsabilidades. Todos conhecemos a situação do País, é determinado por isso, é um dado adquirido, portanto é consensual, mas nem sempre foi assim, pelo menos agora os municípios sabem que tem dificuldades, mas sabem antes, previamente, com as dificuldades que contam, legalmente, claramente os dados estão postos em*

cima da mesa. Anteriormente, o Dr. Miguel Ferreira, bem sabe que não foi assim, os governos anteriores passaram autênticas rasteiras às instituições, aos municípios que, é o que interessa, em particular. Não cumpriram as suas próprias obrigações, não cumpriram as obrigações legais, não cumpriram a Lei da Finanças Locais e isso é que foi grave, para quem tem responsabilidade de gerir meios que tem responsabilidade de satisfazer as necessidades das pessoas por quem foi eleito ". ----------

O Senhor José Felgueiras, Presidente da Junta de Freguesia de Mealhada, referiu que: " *não se podia calar ao diálogo entre o Senhor Cadete e o Senhor José Miguel e dizer que não é normal nesta Assembleia. Nasceu na Mealhada há 72 anos e ama a sua terra e fiquei chocado com alguém que vota contra a moção apresentada a favor do leitão da Mealhada, e gostaria que esta situação não se repetisse, a Mealhada é dos mealhadenses* ". ----------

O Senhor Presidente da Mesa referiu a titulo pessoal, pois raramente intervém na Assembleia Municipal, considera o melhor orçamento que o Senhor Carlos Cabral apresentou desde que está como Presidente da Câmara, e por isso lhe dá os parabéns por isso. Não havendo orçamentos perfeitos, este é o melhor até agora apresentado pelo Presidente da Câmara e pela sua equipa. ----------

A Senhora Engenheira Arminda Martins procedeu à leitura duma intervenção, que a seguir se transcreve: ----------

ORÇAMENTO DE 2006

A Bancada do Partido Socialista nesta Assembleia, vem por este meio expressar o seu apoio incondicional ao orçamento apresentado pelo Executivo Municipal, para o ano 2006.

Trata-se no nosso entender de um orçamento rigoroso, baseado na realidade actual, condicionado é certo, pelas receitas previsíveis e para as quais, convém salientar que face á actual conjuntura económica e ao final do 3º quadro comunitário de apoio, no nosso entender, estarão de acordo com a realidade esperada.

Não vendemos ilusões, nem temos projectos megalómanos. Vivemos com o que temos e podemos angariar, mas como é sabido, não devemos viver para alem das possibilidades. Por isso, entendemos que este orçamento interpreta os sinais dos tempos, tal como os apresentados em anos anteriores o foram.

Para atacar as causas da crise orçamental que infelizmente (dês) graça neste País, esta autarquia tem sabido gerir bem, o dinheiro público. Com exactidão, com calculismo, com selecção das prioridades, com objectivos definidos e como é obvio com rigor na gestão.

E mais uma vez voltámos a merecer a confiança da maioria dos eleitores deste nosso Concelho.

Tal como ontem o fizemos, tal como hoje o fazemos, e certamente como no amanhã também o faremos, a gestão planeada e rigorosa, executada dentro dos parâmetros reais são predicados que os sucessivos executivos do Partido Socialista, nesta casa, têm sabido manter. Razão pela qual nos orgulhamos.

Mesmo na última campanha eleitoral, quando foram colocados amostra o estado de muitas Câmara Municipais, nesta felizmente nunca se ouviu falar de endividamento excessivo ou outras anomalias parecidas.

E é por todas estas razões, que sendo este o 1º orçamento de um novo ciclo, que nos permitirá continuar a investir e aprofundar novas perspectivas de desenvolvimento nas áreas da Educação, do desenvolvimento económico, do emprego, do turismo, do ambiente e da qualidade de vida. Não necessitamos de aumentar impostos ou taxas, para preservar a forma e a essência do modelo de vida que os munícipes deste concelho têm.

Mantendo o rumo traçado desde alguns anos atrás, não efectuando gastos supérfluos ou em coisas supérfluas, mas direccionando os investimentos para áreas estratégicas, certamente

teremos no final um valor acrescentado muito superior ao inicialmente previsto neste cenário económico menos bom.
Não precisamos de grandes curas, porque felizmente mal não temos.
Precisamos de continuar com os olhos postos no futuro e a apostar no desenvolvimento sustentado de todo este nosso concelho, como temos vindo a fazer ao longo destes anos.
A Bancada do Partido Socialista . ----------
Não havendo mais intervenções sobre o assunto o Senhor Presidente da Mesa, colocou à votação o Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2006, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com 19 votos a favor e 10 abstenções. Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produção de feitos imediatos. ----------
O Dr. António Miguel interveio, apresentando a seguinte Declaração de Voto: --
" *a abstenção da bancada parlamentar do P.S.D., não se deve ao mérito ou demérito do orçamento, mas tão somente ao facto do documento relativo ao Orçamento e Opções do Plano para 2006, não ter sido entregue a todos os elementos, que os impediu de uma forma cabal, ter conhecimento da sua integralidade. Este lapso é violador das mais elementares regras democráticas da própria lei e do regimento aprovado por uma larga maioria desta Assembleia.* " ----------
O Senhor Presidente referiu que, uma vez que foi concluída a Ordem de Trabalhos, perguntou ao Senhor Vereador José Calhoa se queria intervir, uma vez que foi citado o seu nome numa intervenção nesta sessão da Assembleia Municipal. ----------
O Senhor Vereador José Calhoa dirigiu-se ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mealhada, referiu o seguinte: " *agora nas novas funções, dois comerciantes da Rua José Cerveira Lebre abordaram a questão que as ruas estariam mal iluminadas, nomeadamente não só esta rua, mas também a parte Sul da cidade, em relação à parte Norte. Facto esse, que constatou, pois efectivamente na parte Norte já existem lâmpadas modernas de vapor de sódio e na parte Sul ainda estão as antigas, de vapor de mercúrio. Colocou essa questão à Câmara Municipal, o Senhor Presidente deu a resposta e que está escrita em acta. Quero-lhe dizer que também nada tem contra a Freguesia de Mealhada, sendo eu também um ex-presidente da Junta de Freguesia de Barcouço, tendo funções até 9 de Outubro. Já conheceu 4 presidentes de Junta da Freguesia da Mealhada, dois do P.S.D., Senhor António Carlos e o Senhor Felgueiras e dois do P.S., Engenheiro Pega e o Sr. Abílio, e respondendo ao que disse, sinceramente ao longo destes anos todos que entrei para a politica, nunca consegui diferenciar, onde termina a Câmara Municipal e onde começa a Junta de Freguesia da Mealhada. Para ser preciso, e como o Senhor não recebeu o orçamento, pode ver na página 5 – ponto 32 da posição actual do orçamento de despesa do ano 2005, onde estão descriminadas as verbas de iluminação publica – as Juntas que as gastaram e curiosamente a Junta de Freguesia da Mealhada em 26 de Junho utilizou zero. Também quero informá-lo que efectivamente que por ter gasto zero, certamente não saberá quanto é que custa um braço de iluminação, certamente pediu à EDP e certamente a EDP ter-lhe-á enviado através da Câmara. Os 1500 euros que o Senhor tem na verba e não utilizou, se os devia ter utilizado ou não, se quebrou as regras ou não quebrou, não é da minha competência. No entanto numa pequena análise verifica-se se efectivamente foi utilizada ou não a transferência de competências para as Juntas de*

Freguesia, nomeadamente para ajunta de Freguesia da Mealhada. Estão todas as descriminadas, é uma questão de se consultar. Repetiu nada ter contra a Freguesia da Mealhada e desafio a provar que alguma vez critiquei algo que se tenha feito, pois certamente o que está escrito é que não sou contra o que se faz, mas sim o que não se faz nos outros lados ". ----------

O Senhor José Felgueiras interveio para referir não ser hábito entrar neste tipo de discussões. Referiu ainda que a ignorância tem um preço, a gestão tem um saber e é com muito orgulho que diz que foi Presidente da Junta de Freguesia da Mealhada o ano passado e este ano as pessoas confiaram de facto no partido e até votaram quase a dobrar. Quando o seu amigo Calhoa referiu é fácil dizer que a junta de Freguesia da Mealhada não gastou os 1587 euros que lhe foram dados ontem pela parte eléctrica. A Junta de Freguesia aguardou que a Câmara desse o dinheiro, para então fazer a obra, entendendo que isso será boa gestão. Efectivamente é bom que o amigo Calhoa se preocupe com a Mealhada, pois é a Sede do Concelho. A Junta de Freguesia da Mealhada preocupa com os caminhos, como os outros se preocupam, mas tem que se preocupar em alindar a nossa terra, talvez isso custe a algumas pessoas, mas é a perspectiva da Junta de Freguesia da Mealhada, onde o mar começa e a terra acaba em relação à Câmara Municipal, o Senhor Engenheiro António Jorge, que está presente na reunião, sabe que a Junta de Freguesia está sempre disposta colaborar com a Câmara Municipal, dentro das suas disponibilidades económicas, sendo verdade que a Câmara Municipal também colabora com a Junta de Freguesia, mas se calhar colabora menos do que com as outras Juntas. ----------

O Senhor Presidente da Mesa referiu que, em cumprimento do regimento, o público presente poderá intervir, tendo perguntado se alguém queria intervir sobre os pontos da Ordem de Trabalhos. ----------

Interveio o Senhor Jorge Carvalho, para cumprimentar os presentes, como habitante do Concelho da Mealhada, mais propriamente do Luso, congratulou-se com o excelente orçamento que foi apresentado a todos os munícipes da Mealhada. Congratula-se, por ser do Luso, pois teve conhecimento que a selecção italiana irá estar presente no Centro de Estágios, sendo mérito da Câmara Municipal para que isso aconteça, dadas as condições daquela infraestrutura desportiva. Referiu ainda que gostaria de ver contempladas, no orçamento, verbas que ajudassem o intercâmbio e a discussão do que virá a ser a revitalização das termas do Luso, assunto que preocupa os Lusenses. Existem graves problemas no Luso, como a reabilitação das Termas do Luso e a Mata do Buçaco, pelo que gostaria que fossem analisados e que as verbas fossem canalizadas para a abertura negocial entre a Sociedade da Águas do Luso, para que efectivamente as Termas do Luso o fossem, que todos os habitantes da Mealhada merecem. Sobre a Mata do Buçaco é do conhecimento de todos a sua degradação, as dificuldades de intervenções, que só prejudicam o Município. Para terminar, mais uma vez felicitou o Executivo Municipal pelo orçamento que apresentou, mostrando todo o rigor daquilo que deve ser um orçamento. ----------

Não havendo intervenções a registar, o senhor Presidente da Mesa Dr. Rui Marqueiro, dirigiu-se à Assembleia para desejar um feliz 2006 e que 2006 inspire a todos para um trabalho profícuo em prol do Concelho da Mealhada. ---

E, não havendo mais assunto algum a tratar, foi encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente acta, que vai ser assinada por mim, Maria de Laçalete Mendes Ferreira Godinho, *Maria de Laçalete Mendes Ferreira e Godinho*, Técnica Superior de 1ª Classe, nomeada por Despacho de 28/10/2005, do Senhor Presidente da Câmara Municipal, para apoio administrativo à Assembleia Municipal, e pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em conformidade com o disposto no n.º 2 do art.º 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro.----------